

A Vulnerabilidade Externa da Economia Brasileira¹

Benedicto Fonseca Moreira
Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB

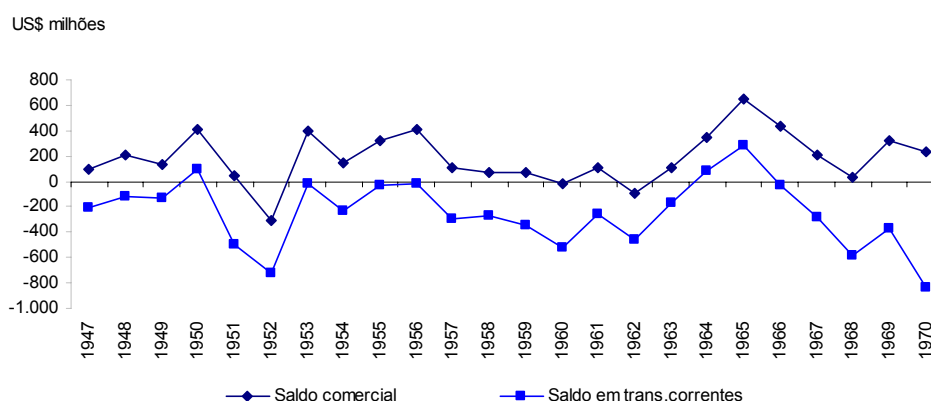
Introdução

O presente texto não pretende teorizar em torno da vulnerabilidade, mas enfocá-la de maneira objetiva, de modo a servir de subsídio à reunião da Cúpula Empresarial, para discutir como “Usar a Crise como Oportunidade”.

A vulnerabilidade externa pode ser comercial ou operacional, o que não demandaria maiores preocupações, como também estrutural ou endêmica². De modo simples, pode ser definida como dificuldades, em diferentes graus, para atender obrigações de pagamentos externos. É medida nas contas externas, e visível no comportamento da tendência do balanço de pagamentos em transações correntes.

O Brasil conviveu com déficits em transações correntes entre 1947 e 2000, tendo alterado a situação entre 2001/2007, sustentada na demanda externa que resultou em crescentes exportações e elevados superávits comerciais, que somados ao importante ingresso de recursos externos, permitiram acumular adequado nível de reservas, criando a expectativa de superação da vulnerabilidade externa (Anexo I). Em 2008, houve retorno do déficit (Anexo II).

Gráfico 1. Balança comercial e Balanço de pagamentos em transações correntes 1947 a 1970



É de se discutir, portanto, se o Brasil superou, ou não, a vulnerabilidade externa endêmica, de modo a tornar possível aproveitar oportunidades estratégicas.

A crise do sistema financeiro, iniciada nos Estados Unidos, mostra a forte e crescente interrelação da economia mundial, ao propagar-se com rapidez para outros países. Dessa forma, as crises nas economias desenvolvidas não são mais “nacionais”, mas “compartilhadas” mundialmente. O dano é proporcionalmente maior nos países de menor grau de desenvolvimento, por precisarem conciliar a necessidade de sustentar crescimento econômico — que depende de poupança externa — com compromissos de abertura da economia com inserção internacional, ao tempo que os obriga a adotar alguma blindagem para atenuar os efeitos da “crise importada”.

Os efeitos das crises internacionais, na atualidade, dificilmente poderão ser evitados, podendo, porém, ser atenuados, dependendo da “força” da economia, vale dizer, da resistência da “blindagem”.

¹ Texto para discussão, sujeito à revisão. janeiro de 2009.

² Benedicto Fonseca Moreira, Inserção internacional inteligente para evitar a vulnerabilidade externa, Na Crise Global como ser o Melhor dos BRICS. Instituto Nacional de Altos Estudos. Fórum Especial. 2008

Gráfico 2. Balança comercial e Balanço de pagamentos em transações correntes 1971 a 1990

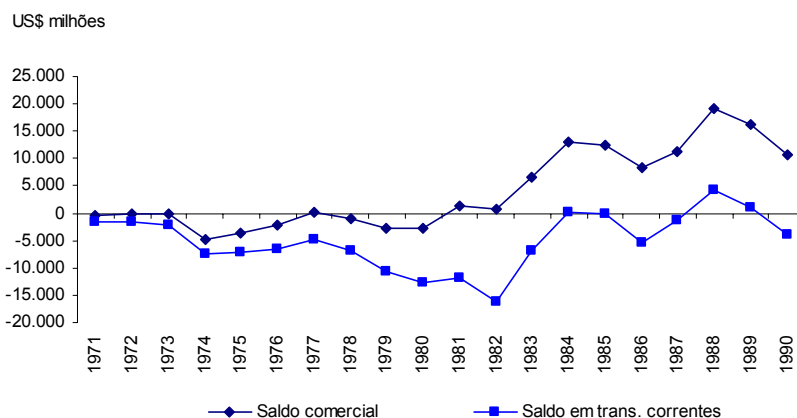
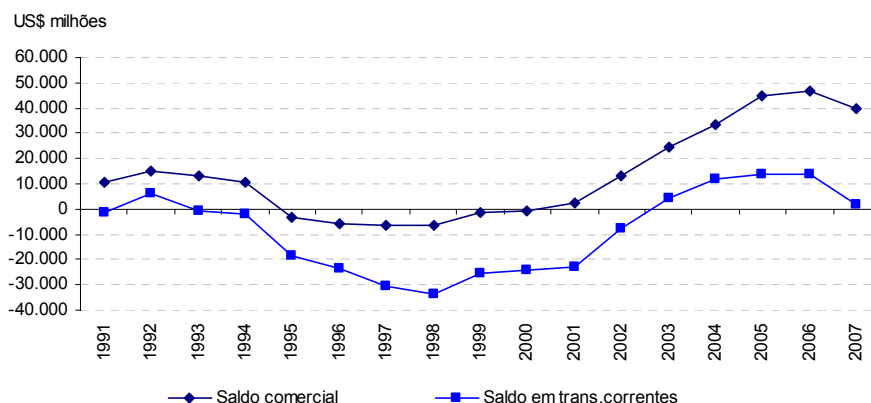


Gráfico 3. Balança comercial e Balanço de pagamentos em transações correntes 1991 a 2007



Reservas cambiais elevadas, por exemplo, são de fundamental e destacada importância, mas, isoladamente, não são suficientes, no caso de crises por mais longo prazo. As verdadeiras medidas anti-criises externas são as requeridas no processo de abertura da economia com crescente inserção internacional, quais sejam: (i) forte modernização da economia como um todo, o que passa por reformas político-institucionais simplificadoras e indutoras de redução de custos e saltos na produtividade e na competitividade; (ii) capacidade de inovar e incorporar novas tecnologias no processo produtivo; (iii) ampla e racional política de apoio ao crescimento diversificado da produção; (iv) excelência da infraestrutura e sua logística; e, principalmente, (v) políticas de exportação agressiva, e de importação harmonizada com projeto de produção e emprego.

Essas ações pró-ativas são determinantes para se evitar a vulnerabilidade externa e aumentar a resistência aos efeitos de crises internacionais, que afetem o desenvolvimento econômico e social do país. A crescente preferencialização do comércio mundial torna as economias dos países mais interdependentes, levando a que essa nova realidade de “soberanias compartilhadas”, que se de um lado é positiva, por ajudar a sustentar o crescimento das economias, por outro traz os efeitos perversos de crises mundiais compartilhadas.

Pretender crescimento auto-sustentável da economia brasileira sem reformas político-institucionais é atitude discursiva de mera intenção; pretender sustentar o crescimento das exportações, evitar déficits em transações correntes e efeitos de crises externas, sem garantir o crescimento diversificado da produção e introduzir forte modificação na composição da exportação é pura ilusão. O Brasil é país vulnerável, com ou sem crise externa.

Os principais problemas das exportações foram e serão a limitação da produção, os elevados custos internos, a concentração da pauta em produtos de preços instáveis e de baixa tecnologia e as barreiras internas onerosas e ilógicas.

É um paradoxo o Brasil intensificar negociações internacionais para ampliar e consolidar o processo de abertura e de inserção internacional da economia, sem atentar para as barreiras internas que limitam a produção e a capacitação de competição das empresas na exportação, estimulam importações e distorcem cadeias produtivas, tornando o país mais dependente do exterior e vulnerável às crises internacionais.

A forte queda no superávit comercial em 2008, o retorno dos déficits em transações correntes e a crise internacional ainda em curso deixam claro que a economia brasileira, embora mais resistente em curto prazo, não está preparada para crises mais fortes.

A vulnerabilidade externa está se mostrando novamente visível, no déficit em transações correntes, que tende a se manter. Por isso, é importante sedimentar a discussão de programa de medidas indutoras da modernização do comércio exterior brasileiro.

Essa preocupação se torna evidente, tendo-se em conta três (03) realidades:

- 1ª. o comércio exterior é, sempre foi e será estratégico para o desenvolvimento econômico, à medida em que é fator determinante para a sustentação do crescimento da produção e da geração de emprego, além de instrumento da política de combate à inflação;
- 2ª. o momento atual, de grande avanço nas tecnologias de comunicação e de informática, induz ao alargamento das soberanias “compartilhadas”, pela intensificação dos processos de preferencialização comercial e de integração econômica, que, por sua vez, propiciam a geração de “crises compartilhadas”. As crescentes fusões de empresas, por exemplo, atuam como fator de maximização da competição, criando novas e diferenciadas dimensões no comércio internacional.
- 3ª. o novo “quadro internacional”, em que economias estão mais expostas, leva à vulnerabilidade externa, e essa perspectiva passa a ser dependência direta da capacidade de competição, vale dizer, da construção de uma base não mais de vantagens comparativas, mas de vantagens competitivas.

Pode-se medir a vulnerabilidade e sua tendência não apenas com índices estatísticos, ou o resultado momentâneo do balanço de pagamentos em transações correntes, mas pela avaliação da força competitiva da economia; ou seja, de suas vantagens competitivas, que podem ser resumidas em 10 ações concomitantes:

1. educação e conhecimento sem limites;
2. permanente incorporação de novas tecnologias no processo produtivo;
3. crescente produtividade e saltos na qualidade;
4. forte desburocratização e racionalização;
5. eficiência e eficácia da logística, principalmente dos transportes;
6. serviços como fator estratégico;
7. sofisticação do sistema de informatização;
8. produção crescente, para garantir oferta e ocupar espaços;
9. total desoneração da exportação;
10. dogmatização do “tempo”, como fator determinante.

Uma digressão histórica

A vulnerabilidade externa da economia brasileira é fato histórico. Tem como referência o término da Segunda Guerra Mundial, em que, em 1945, registrou elevadas reservas cambiais.

Entre 1945 e 1947, as reservas foram dilapidadas, pela forte pressão na importação, enquanto a exportação estava concentrada em três ou quatro produtos primários. Essa demanda foi alimentada por dois fatores: taxa de câmbio fixa, enquanto crescia a inflação, e tarifa aduaneira com alíquotas específicas. Em 1947, já com a crise, inicia-se o processo de controle do comércio exterior e, posteriormente, de toda a economia, com três objetivos:

- 1º. combater a inflação;
- 2º. reequilibrar as contas externas;
- 3º. promover o desenvolvimento econômico.

O período de 1947 a 1990 representa 43 anos de total controle, intervenção e administração das atividades econômicas e de comércio exterior pelo Estado. Não obstante, em todo o período verifica-se déficit em transações correntes e nas contas serviços comerciais e rendas do balanço de pagamentos. Os superávits comerciais registrados foram obtidos mediante forte controle redutivo das importações (Anexo III).

No período, destaque-se a política de substituição de importações, que visava ampliar e diversificar a base da produção e diversificar as exportações em direção aos produtos industriais.

Essa política teve o mérito de efetivamente alargar a base da produção nacional e, ao longo dos anos, diversificar a pauta de exportação. Mas não resolveu a tendência aos déficits e à vulnerabilidade externa por:

- a) a substituição de importações, em realidade, não diminuir a importação, mas apenas mudar a sua estrutura, tornando a economia nacional mais “dependente” de importações;
- b) o sistema adotado à época, baseado na aprovação exclusiva de projetos de investimentos, em que a aprovação era “determinada” pelo governo — quem, o quê e quanto produzir. Esse enfoque autárquico e “socializante” da produção eliminou o conceito de escala e produtividade. Por outro lado, inviabilizou o rápido crescimento da exportação, devido ao fator custo, ao dimensionamento da produção para atender o mercado interno e à resistência das empresas de capital estrangeiro à exportação.

O equívoco, portanto, não foi da política em si, mas da distorção em sua execução. O governo não deixou a livre iniciativa exercer plenamente sua capacidade de produzir e competir. O fator se repete até os dias atuais, embora em menor escala.

O período 1990/2007

Em 1990, o modelo até então adotado estava esgotado. Era preciso modificá-lo, para alcançar três objetivos: controlar a inflação; corrigir os desequilíbrios do balanço de pagamentos e promover o crescimento da economia. Exatamente os mesmos objetivos de 1947.

Inicia-se processo de eliminação de controles diretos da economia, principalmente no comércio exterior, acompanhando a “tendência” internacional.

Há equívoco em imaginar-se que a economia foi “liberada”. Apenas substituiu-se, na maioria dos casos, o controle direto pelo controle indireto, através de maior carga tributária, juros elevados, anuências e consultas prévias, licenciamentos ambientais e outros. Em realidade, nada se fazia sem o governo “autorizar”, mesmo porque continuava o controle da energia, das comunicações, dos transportes, dos portos, do comércio externo, etc.

Esse desejo de controlar, característica de economias em desenvolvimento, não encontra resistência na sociedade e, assim, cria “campo de caça fechado” para os políticos, cuja tendência sempre será obter resultados em curto prazo. Daí, a tradição brasileira de dar

preferência a duas maneiras de ação: (1º) atacar os efeitos e não as causas dos problemas; e (2º) adotar medidas tópicas para problemas estruturais ou de maior profundidade.

Esse cenário comandou o passado e comanda o presente. Após cinquenta e três anos — 1947/2000 — de fracassos na busca da superação definitiva de vulnerabilidade externa, iniciou-se a fase da euforia, pela acumulação de resultados positivos do balanço de pagamentos em transações correntes entre 2001 e 2007, o que permitiu acumulação de reservas.

Esse resultado conjuntural, decorrente do forte crescimento da demanda externa e da elevação dos preços das *commodities*, criou, nos meios governamentais, a perigosa sensação de êxito da política adotada. A presente crise econômica mundial deixa a descoberto a crença na eliminação da vulnerabilidade, e coloca à prova a “resistência” da economia brasileira e sua real capacidade de competição.

Dos efeitos mais imediatos da crise sobre a nossa economia, sobressaem:

- a) redução da demanda externa, com impacto nas vendas de produtos e serviços nacionais, seja em quantidade ou preço. Como o Brasil tem tradição importadora mais forte do que exportadora, a política de exportação, já frágil, se apresenta inadequada para a nova modalidade de competição em épocas de crise;
- b) possível pressão na importação de mercadorias e serviços, através da oferta em melhores condições nas vendas, em preços e prazos. Nos países desenvolvidos o apoio à exportação é medida anti-crise;
- c) redução das linhas de créditos externos, para financiamentos, investimentos ou aplicação financeira;
- d) repatriamento de capitais;
- e) possibilidade de redução da produção e da exportação, por parte de empresas de capital estrangeiro que operam no país, em particular no setor de bens de capital, como estratégia para a abertura de maior espaço de mercado para as matrizes.

Em conclusão, no ano de 2008, os problemas críticos que se apresentam são, basicamente, os mesmos observados ao longo de todos esses anos:

- a) retorno a déficit em transações correntes, em razão de o resultado da balança comercial não cobrir o déficit de serviços e rendas; e a poupança externa ter reduzido;
- b) controle da inflação apenas contido, tendo sua base nos elevados juros e tributação, em lugar da maximização da oferta de bens e serviços e saltos na produtividade;
- c) crescimento econômico inadequado ou insuficiente.

O objetivo a ser perseguido não é, necessariamente, obter e acumular superávits em transações correntes, mas procurar alcançar equilíbrio relativo ou reduzir os déficits a níveis mais administráveis, sobretudo em vista da possibilidade de efeitos colaterais mais duradouros da atual crise internacional.

As barreiras a superar

São duas frentes de barreiras a serem superadas:

- 1ª. as externas, definidas no protecionismo; e
- 2ª. as internas, que limitam o crescimento diversificado da produção e o avanço na melhoria da capacitação competitiva;

As barreiras externas

As fragilidades institucional e estrutural brasileiras dificultam superar as barreiras externas. O objetivo de abertura econômica, com crescente inserção internacional, que parece ser o propósito do governo, obriga a construir as condições mínimas necessárias para a superação da multiplicidade de barreiras externas. A fragilidade da nossa capacitação competitiva dificulta enfrentar e contornar as barreiras externas, que se caracterizam pela redução sucessiva na importância das tarifas aduaneiras como instrumento de defesa, enquanto crescentes a importância e a adoção de barreiras não tarifárias, de diferentes modalidades.

Vale lembrar as diferentes formas de protecionismo: ideológico; corretivo; estrutural; conjuntural; institucional; setorial ou acordos “voluntários”. A essas modalidades foram acrescentadas medidas protecionistas técnicas ou tecnológicas; por imposição de qualidade e especificação; ecológicas ou ambientais; sociais e de direitos humanos; sanitárias e fitossanitárias, etc. Também, indiretamente, por subsídios a novas tecnologias, pesquisas, transportes, projetos, assistência técnica, financiamentos, etc. Pode-se somar a esse universo complexo “novas” formas de protecionismo, tais como controles anti-terrorismo e exigência de registros, caso do Reach; pela União Européia.

É preciso chamar a atenção para o “protecionismo” estrutural, consequência do enorme avanço das tecnologias, que dão nova dimensão à competitividade e configuração diferente ao protecionismo, à medida que neutraliza ou minimiza o poder de competição de produtos ou empresas concorrentes. As vantagens competitivas, baseadas na educação e intensa incorporação de novas tecnologias, superaram as tradicionais vantagens comparativas, base histórica dos países subdesenvolvidos. Esse fato, ao estimular a produção crescente de bens, gerou estímulo ao crescimento e diversificação na oferta de serviços e necessidade de ampliação de mercado para atender à produção em nova escala.

A soberania compartilhada é a forma de aumentar o espaço econômico, por meio de abertura pragmática e programática das economias. Passou-se da abertura unilateral e soberana para negociação e compromissos de caráter geral, no âmbito da OMC, e para formação de blocos preferenciais — regionais ou sub-regionais —, ampliando a prática da “fragmentação” produtiva. O acirramento da competição mundial e a necessidade de incorporação de novas tecnologias à produção ampliaram a tendência de fusões e acordos interempresas, significando comércio mundial cada vez mais concentrado. Pode-se estimar que algo como 70% do valor do comércio mundial é realizado interempresas ou grupos.

Essa nova realidade é uma forma de “proteção” estrutural, constituindo barreira para os não integrados.

As barreiras internas

As barreiras internas podem ser resumidas:

- a) nos fundamentos básicos; e
- b) em 10 principais tópicos específicos.

São fundamentos básicos das barreiras internas:

- i) a marginalização histórica da educação e do treinamento de qualidade para todos e por todos os meios, afetando a produtividade, a qualidade e a competitividade;
- ii) os obstáculos a investimentos voltados para infra-estrutura e massificação e diversificado da produção de bens, mercadorias e serviços;

iii) a excessiva presença do Estado dominando a sociedade, isto é, prevalecendo sobre a sociedade e dela se servindo. É o estado-empresarial e o estado-regulador, que se traduzem em duas barreiras à maximização da produção e da exportação:

- forte e elevado formalismo burocrático, injustificável e de resultados negativos para a sociedade. A força do papel; dos controles inócuos com base em autorizações prévias; a cobrança de taxas, anuências prévias a outras restrições sobrepujam a força da produção, a ampliação da oferta de empregos e, mesmo, das ações positivas governamentais. É retrato do baixo desenvolvimento e fator indutor da corrupção; e
- dogmatização de crescente arrecadação fiscal, por todos os meios e formas, para atender mais às necessidades e desejos políticos do que aos anseios mais prementes da sociedade, por emprego, educação, moradia, segurança e transporte.

Os 10 principais tópicos que atuam como barreiras à exportação:

1. Investimentos para produção

As barreiras internas à produção em escala estão fundamentadas em fatores decorrentes de desvio “cultural e ideológico”. O retorno aos déficits em transações correntes, a crise internacional e o fortalecimento do protecionismo com barreiras não tarifárias mostram, com clareza, a necessidade de o governo modificar a postura na relação estado - sociedade.

Existem dois equívocos fundamentais:

- 1º. confundir política de apoio a investimentos para ampliação da produção de bens e serviços, que geram emprego, receita cambial e arrecadação fiscal, com subsídios;
- 2º. imaginar ser possível sustentar crescimento das exportações de mercadorias e serviços sem uma permanente política voltada ao aumento da produção, com crescente produtividade e saltos na qualidade.

O Brasil não tem política, com visão de médio e longo prazos, para garantir crescimento das exportações a taxa superior à das importações e, concomitantemente, atender à crescente propensão a consumir da sociedade brasileira.

O crescimento da produção encontra importantes obstáculos, dos quais vale lembrar: carga tributária que incide nos bens de capital incorporados ao processo produtivo; custos colaterais da burocracia; aparato regulatório trabalhista; excessivas exigências burocráticas da política do meio ambiente; juros, etc.

Dificultar e encarecer investimentos significa limitar a produção, enfraquecer a exportação e estimular a importação, logo, obstaculizar o crescimento econômico, aumentar o desemprego, fomentar a inflação pela compressão da oferta e criar as condições para a vulnerabilidade externa.

Desburocratizar, desonerar e liberar investimentos são medidas básicas e estratégicas para evitar ou superar crises.

2. A estrutura da exportação

A concentração da exportação brasileira em produtos de baixa tecnologia, caracterizadamente *commodities* — agronegócio e minerais, in-natura, semi-manufaturados e industrializados —, fragiliza a exportação brasileira.

As estatísticas de exportação são apresentadas sob duas formas:

- a) por fator agregado (Anexo IV), que indica que os produtos básicos representam cerca de 37%, os semimanufaturados 14% e os manufaturados 47% das exportações³. Esses dados podem ser traduzidos como importante esforço na diversificação da pauta exportadora, mas, ainda, com preponderância de *commodities* transformadas e bens de consumo não duráveis; e
- b) por categoria de uso (Anexo V), em que se observa que as *commodities* — considerados matérias-primas e produtos intermediários, bens de consumo não

³ Dados relativos a janeiro/dezembro de 2008

duráveis e combustíveis e lubrificantes — representaram 78,8%, em 2007, e 80,0%, em 2008⁴ das exportações brasileiras. As matérias-primas e produtos intermediários participaram com cerca de 56%, os bens de consumo não duráveis com 15%, os bens de capital, de média e alta tecnologia, com 13,5%, e os bens de consumo duráveis, com destaque para veículos, com 4%⁵.

A questão não é criticar a exportação de *commodities* ou marginalizar a sua importância, ao contrário, são mercadorias que podem e devem crescer, sobretudo, no campo dos alimentos. Não obstante, a sustentabilidade de uma política de eliminação da vulnerabilidade obriga:

- a) ampliar a diversificação da pauta de exportação, com esforço de produção em direção aos produtos de média e alta tecnologia, para melhor sustentação da receita cambial;
- b) adotar política de ampliação do grau de industrialização das *commodities*, não somente com vistas a melhorar a receita cambial, como aumentar a base de oferta de empregos no país;
- c) adotar política de apoio à exportação de serviços, tão importantes quanto as mercadorias. Os serviços sustentam as vendas de mercadorias.

Em regime de inserção internacional, cada vez mais, o país perde o poder soberano de impor restrições a importações. Assim, o resultado das contas externas passa a depender fortemente da capacidade de exportar mercadorias e serviços.

Também não basta apenas o esforço interno, é preciso ter presente as barreiras externas, com ou sem crise, e a avaliação da estrutura da demanda externa global.

A demanda mundial por produtos agropecuários alcançou US\$ 1,1 trilhão, em 2007⁶, representando algo como 8,1% do valor total, contra US\$ 5 trilhões, cerca de 36%, de máquinas e equipamentos (Anexo VI). Embora o agronegócio seja de importância destacável nas exportações brasileiras, próximo a 30% do valor total exportado⁷, sua participação internacional pouco ultrapassa a 4%.

No conjunto, a demanda mundial por *commodities* agropecuárias, combustíveis, minerais e ferro e aço, soma algo próximo a US\$ 4,3 trilhões, ou cerca de 30% do total das vendas globais, sendo a participação do Brasil de apenas 2,1%.

3. A estrutura das empresas exportadoras

A forte concentração das empresas exportadoras é outro fator de fragilização das exportações (Anexo VII). Embora existam mais de 5 milhões de empresas constituídas no país, em 2007, apenas 20.899 participaram das exportações e 28.911 nas importações. Em 2008, o número de exportadoras efetivas não sofreu substancial alteração, mantendo-se em torno de 20.000, observando-se crescimento nas empresas importadoras, para cerca de 33.000.

Do total das empresas exportadoras em 2008⁸, apenas 32, grande parte exportadora de *commodities*, tiveram vendas, individualmente, de mais de US\$ 1 bilhão, representando apenas 0,16% do total de empresas, embora tenham respondido por 44% do valor total exportado. A concentração é observada, ainda, no fato de que 260 empresas, somente 1,3% das exportadoras, embarcaram o equivalente a 70% do valor. Por outro lado, 93% das empresas, no total de 18.967, foram responsáveis por apenas 7,1% do valor.

São diversas as razões para essa fragilidade, dentre as quase se destacam:

- a) 99% das empresas brasileiras serem micro, pequenas e médias, tendo o crescimento dificultado pela tríade controle, tributação e juros;
- b) expressiva burocracia na exportação, que é demasiada para empresas de menor porte;

⁴ Dados relativos a janeiro/dezembro de 2008

⁵ Dados relativos a janeiro/dezembro de 2008

⁶ Dados da OMC

⁷ Dados da OMC

⁸ Dados relativos a janeiro/dezembro de 2008

c) complexidade do registro para operar no comércio exterior. Além do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, a empresa precisa enfrentar as exigências da Secretaria da Receita Federal.

A solução recomendável é a unificação do sistema de registro e a transferência da regulamentação para a CAMEX, visando-se os interesses do comércio exterior e não o controle fiscal.

4. Custos

As atividades produtivas são oneradas por:

- a) **custos dos investimentos**, em decorrência de longos processos de autorizações e licenciamentos, além dos impostos e outros gravames que incidem sobre bens de capital, destinados ao processo produtivo, encarecendo os investimentos, com reflexos nos preços futuros. Para país que precisa crescer, gerar emprego e eliminar a tendência à vulnerabilidade, onerar investimentos é temerário e contraproducente.
- b) **custos tributários**, pela elevada carga tributária e complexidade dos procedimentos para pagar os tributos, decorrentes do sistema tributário brasileiro

Quadro: Sistema tributário brasileiro

Espécie	Tributo	Competência
Impostos	1. importação de produtos estrangeiros - II 2. exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados - IE 3. renda e proventos de qualquer natureza - IR 4. produtos industrializados - IPI 5. operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários - IOF 6. propriedade territorial rural - ITR 7. grandes fortunas (não instituído)	União
	8. transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos - ITD 9. operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS 10. propriedade de veículos automotores - IPVA	Estados e Distrito Federal
	11. propriedade predial e territorial urbana - IPTU 12. transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição - ITBI 13. serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência dos estados e distrito federal - ISS	Distrito Federal e Municípios
Taxas (em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição)	- Controle e fiscalização: . produtos químicos . material nuclear e radioativo . produtos controlados pelo exército . vigilância sanitária . Polícia Federal . ambiental . Mercante . fiscalização da prestação de serviços e de exploração de infra-estrutura – ANTT e ANTAQ . registro do comércio (Juntas Comerciais) - Serviços: . utilização Siscomex . classificação de produtos . serviços administrativos – TSA – Zona Franca de Manaus . emolumentos e custas - serviços públicos	União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Espécie	Tributo	Competência
Contribuição de melhoria (decorrente de obras públicas)	contribuição de melhoria por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, esgoto, rede de água, etc.	União, Estados, Distrito Federal e Municípios
Empréstimos compulsórios (para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional)	empréstimos compulsórios	União
Pedágio (pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público)	pedágio	União, Estados, Distrito Federal e Municípios
Contribuições sociais	- financiamento da seguridade social – Cofins - Cofins-importação - Pis/Pasep - Pis/Pasep-importação - lucro líquido - CSLL - Previdenciárias: . INSS; . FGTS e adicional . grau de incidência de incapacidade laborativa - GIL (ex seguro de acidente de trabalho) - Entidades e fundos: . salário-educação; . SESC, SENAC, SESI, SENAI, SENAT, SENAR, SESCOOP, INCRA, Fundo Aeroviário, SEBRAE . remuneração de trabalhadores avulsos vinculados à Diretoria de Portos e Costas (DPC).	União
Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE)	- combustíveis - adicional ao frete para renovação da marinha mercante - AFRMM - royalties - direitos "antidumping" e compensatórios - lojas francas entrepostos aduaneiros, depósitos alfandegados	União
Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas	- conselhos de fiscalização de profissão regulamentada - entidades representativas das categorias econômicas - sindicatos	União
Contribuição para o custeio de regime previdenciário, em benefício dos servidores	contribuição previdenciária	Estados, Distrito Federal e Municípios

A Constituição estabeleceu o princípio da imunidade tributária na exportação, mas na realidade a exportação se beneficia apenas de:

- IPI, sendo que alguns setores ficam com créditos pendentes de matérias-primas;
- ICMS, os Estados não aceitam a devolução ou compreensão o ressarcimento ou compensação dos créditos acumulados de matérias-primas, que se transformam em custo para as empresas;
- IOF, em operações de financiamento à exportação;
- PIS/COFINS, embora isento, há acúmulo de créditos, cujo ressarcimento é duvidoso.

Os demais impostos e gravames incidem nos custos e na formação dos preços de competição.

O sistema tributário brasileiro é absolutamente incompatível com a necessidade de aprimorar a capacitação competitiva das exportações e alcançar o objetivo de eliminar a vulnerabilidade externa. Dois outros fatores devem ser considerados:

1. costuma-se afirmar que os tributos e gravames são específicos, e, portanto, não tem efeitos no custo global. É um erro de raciocínio. A economia é um todo interligado. Os gravames específicos se disseminam por outros setores, agravando o custo médio global do país, tornando-o não competitivo. Por essa razão, os empresários costumam pedir ao governo desvalorização cambial como forma de compensar o excesso de gravames;
2. o Brasil está ampliando sua inserção internacional, com reduções tarifárias negociadas ou unilaterais. Atualmente, a tarifa aduaneira real aplicada situa-se pouco acima de 4%. A ampliação de concessões, seja no âmbito do Mercosul, acordos bilaterais ou, eventualmente, Doha, criará situação *sui generis*, na qual o produto importado acabará tendo tratamento tributário mais favorecido que o similar nacional.

A reforma do sistema tributário, como um todo, e a garantia da aplicação da imunidade tributária a todos os impostos e contribuições na exportação são medidas determinantes para o prosseguimento da inserção internacional e para a reorganização competitiva da exportação. Sem essas medidas, o Brasil voltará a ter importantes desequilíbrios nas suas contas externas, com efeito altamente negativo no crescimento econômico.

- c) **juros**, reconhecidamente elevados nas operações internas e, ainda, acrescidos dos custos acessórios, acabam por representar parcela importante no custo da produção. Não obstante a exportação ter mecanismos que permitem às empresas beneficiarem-se de juros menores, o volume de recursos não atende a todas as situações e demandas.
- d) **burocracia** é um custo “invisível” de grande magnitude. Responsável pelo pequeno número de exportadores, pela fragilidade da exportação e pela reduzida capacidade de competição. Diz-se que o Brasil é competitivo ao nível da fábrica ou fazenda, pouco competitivo FOB e não competitivo door-to-door. A burocracia brasileira é cultural. Alcançou nível que limita o crescimento do país, induz à vulnerabilidade externa, aumenta custos e estimula os descaminhos. No comércio exterior, mantém-se a cultura do controle e estatização, que se respaldam em cerca de dezoito ministérios e outros órgãos, baixando atos normativos, legislação prolixa, com cerca de 300 leis, mais de 600 decretos, milhares de atos administrativos, etc. Uma parafernália!

Impõe-se, com prioridade, a revisão da legislação, com vistas a sua consolidação, forte simplificação e racionalização.

- e) **sistemas previdenciário e trabalhista**, devido à enorme complexidade legal e operacional, representam custo a ser racionalizado, não pelo que o empregado recebe especificamente. O quadro é agravado pela interveniência de diferentes esferas governamentais, sindicatos e entidades patronais, além de fatores políticos e ideológicos.

O novo panorama mundial, as modificações das relações econômicas e comerciais, a propensão às crises, a crescente internacionalização das empresas e das pessoas — técnica e migrações — indicariam a necessidade de revisão das atuais normas e procedimentos, com pelo menos quatro objetivos:

1. estimular investimentos e aumentar empregos;
2. viabilizar a maior capacitação competitiva na exportação e melhores condições de defesa na importação;
3. elevar salários reais e disponibilizar poder de compra aos empregados; e
4. simplificar o atual sistema e eliminar a situação de empregados com carteira (1ª categoria), e sem carteira (2ª categoria).

Considerando-se sábados, domingos, feriados, greves, licenças, férias etc., a média de trabalho efetivo situa-se em torno de sete meses por ano, e remunera-se quatorze meses. Essa diferença poderia ser ajustada pela melhoria da produtividade, que, entretanto, é duvidosa diante da complexidade dos sistemas previdenciários-trabalhistas. A tributação no segmento compreende: INSS, CSLL, Pis/Pasep, Cofins, FGTS, 13º salário, 1/3 sobre férias, indenização por dispensa mais 10% para o governo, participação nos lucros, Senai, Sesi, Sesc, Senac, SENAR, SENAT, SEMAT, contribuição sindical, atestados de admissão e demissional, etc.

Com todo esse emaranhado burocrático, os empregados reclamam por salários e os empregadores reclamam dos custos elevados. Ambos os lados são punidos pelo sistema prolixo e dispendioso que prejudica o desenvolvimento do país e é utilizado como bandeira política

5. Transportes

O sistema de transportes brasileiro é oneroso à exportação, seja por deficiência ou excesso de controle estatal, em que se inclui meio ambiente, legislação, integração etc.

Os destaques negativos são:

1. Rodoviário

- necessidade de modernização da frota de caminhões;
- tributação sobre veículos e seus acessórios;
- não reconhecimento do transporte rodoviário internacional como “instrumento” de exportação;
- incidência de impostos sobre fretes nos trânsitos internos e internacional, transportando mercadorias de exportação, seja em operação modal ou multimodal;
- excesso de pedágios;
- deficiências de rede nacional de terminais para estocagem e concentração de cargas para serem movimentadas.

2. Ferroviário

- facilitação e apoio para a extensão das linhas;
- passagem de trens por cidades e ocupação das faixas laterais por favelas;
- tributação de material de linha e sinalização, bem como de veículos de fabricação nacional.

3. Aéreo

- modernização;
- adaptação de normas da Secretaria da Receita Federal do Brasil à carga aérea.

4. Aquaviário

a) fluvial, baixo aproveitamento. Há necessidade de revisão e normas adaptadas a esse tipo de transporte;

b) marítimo

- o elevado custo de construção naval, as normas trabalhistas e previdenciárias não adaptadas ao trabalho no mar e outros custos levaram à quase extinção da marinha mercante. O Brasil perdeu totalmente o comando pleno das suas vendas externas;
- as normas e controles para a atracação de navios em portos brasileiros precisam ser revistas e adaptadas às práticas internacionais. Burocracia, taxas, fiscalização, etc., atrasam a atracação dos navios e encarece os fretes de exportação.

c) portos

- é um dos maiores fatores de estrangulamentos da exportação. O Brasil possui mais de trinta portos em operação no comércio exterior, todos desaparelhados e muitos com problemas de calado, por falta de dragagem;
- os portos são dispendiosos e de baixa eficiência, por diversas razões:

- estatizados (DOCAS), o que não mais se justifica;
- excesso de Governo;
- normatização: Ministério dos Transportes, Secretaria Especial de Portos (Ministério) e ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Operacionais);
- legislação;
- interveniência fiscalizadora: Secretaria da Receita Federal do Brasil, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde (ANVISA), Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, etc.;
- obsolescência do sistema operacional;
- luta de poder entre terminais privativos em operação e grupos que desejam fazer investimentos.

Cerca de 96% do valor da exportação brasileira sai via portos, para fornecimento sobretudo no hemisfério norte. Logo, a eficiência é fundamental à competitividade. Se os portos não forem modernizados com urgência, onde se inclui dragagem e administração privada, o Brasil terá enorme dificuldade de sustentar mercados no exterior. O mais grave é que, na atualidade, na busca de competitividade, os países estão incorporando as suas frotas navios de grande porte, com capacidade para transportar crescente número de containeres e com novas tecnologias que permitem maior velocidade e menor tripulação. Exigem, entretanto, portos com calado e “Hub Port” ou portos concentrados na carga. O Brasil não tem. E não terá enquanto estatizado.

Politizar porto trará maus resultados.

6. Dominação de mercados externos

Dominar mercados externos é condição de competição, sobretudo tendo-se em conta o protecionismo não tarifário e eventuais crises.

Modernamente, a exportação não é, em termos práticos, FOB, mas CIF, door-to-door, etc. Ou seja, cada vez mais o exportador precisa estar preparado para colocar a mercadoria no estabelecimento do importador, diretamente, ou através de organização própria no exterior, por a “ocupação” de mercado ser determinante à competição.

O Brasil está pouco preparado para esse salto. Embora haja esforço empresarial, existem barreiras burocráticas e tributárias, como cobrar imposto de renda sobre remessa para pagamentos de despesas inerentes à exportação, incompatível com o objetivo determinante de exportar DDP, door-to-door, etc., que precisam ser superadas. Por outro lado, devido ao grande número de pequenas e médias empresas, é importante consolidar e desenvolver empresas em condições de operar o multimodalismo. Existe a legislação e a regulamentação, mas não se consegue operar por divergência entre órgãos do segundo escalão.

7. Serviços

Os serviços detêm importância estratégica na atualidade, o que pode ser comprovado pela magnitude da exportação mundial de serviços comerciais, que ultrapassa US\$ 3 trilhões. O Brasil ainda é pequeno exportador, o que se reflete em déficit histórico na conta serviços do balanço de pagamentos.

O desenvolvimento das exportações de serviços é estratégico para:

- sustentar o crescimento das exportações de mercadorias;
- garantir maior receita cambial;
- eliminar o déficit na conta serviços;
- gerar empregos, principalmente absorver a mão-de-obra excedente da maior incorporação de tecnologia no processo produtivo.

O Brasil ainda não tem política integrada e “visível” para a exportação de serviços.

A importância das exportações de mercadorias e de serviços, e da atividade aquaviária para o crescimento do comércio exterior, é de tal magnitude para a sustentação do

crescimento da economia e para a competitividade externa, que a Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB defende vincular a política portuária e de navegação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, transformando-o em Ministério do Comércio Exterior, Serviços e Transportes Aquaviários.

É preciso adequar segmentos da organização governamental às reais necessidades para enfrentar os novos e maiores desafios no mercado internacional.

8. Governo

Difícilmente será alcançado êxito na ação anti-vulnerabilidade externa, se não for viável reorganizar a dispersão governamental na área. Comércio exterior é atividade síntese e operacionalizada sob o princípio da coordenação. O poder individual dos ministérios, no comércio exterior, deve ser somado em ação colegiada, nas decisões normativas.

Propõe-se, assim, a criação do Conselho Nacional de Política de Comércio Exterior, em condições de transformar a política de exportação em algo simples, direto, objetivo, etc., ao alcance de qualquer empresa produtiva.

9. Tempo

Toda a reforma do comércio exterior precisa levar em conta, prioritariamente, o conceito de tempo. Na competição internacional preço, prazo, qualidade, etc. são fatores fundamentais, mas o tempo, isto é, a velocidade em atender compromissos e entregar o produto é determinante. Formar estoques é custo. Assim, os grandes importadores optam pela rapidez, o que, por outro lado, cria a chamada produção “fragmentada”, de importância crescente no comércio mundial.

Não há velocidade no Brasil. O tempo não está na cultura de administração pública.

Dogmatizar o tempo é, doravante, fator determinante na competição mundial.

10. Acordos internacionais

Segundo a OMC, existem mais de trezentos acordos de comércio, tributários, de investimentos, etc. Cerca de 70% do comércio mundial é realizado entre áreas com acordos de integração, preferências regionais e bilaterais. Na mesma equivalência está o comércio intra e interempresas.

Os “antigos espaços” econômicos foram substituídos, em parte ou no todo, por “novo espaço” econômico, pela ampliação de mercados, que garanta a maximização da produção e maior oferta de empregos.

O Brasil decidiu concentrar-se no Mercosul, que tem sua viabilidade questionada, em curto e médio prazo (Anexo VIII). Com isso, fica sujeito a instabilidades político-ideológicas de países com objetivos e prioridades que nem sempre se coadunam com visão de que o comércio externo é fator estratégico na reestruturação das economias e instrumento de força para a sustentação do crescimento econômico e social dos países.

Conclusão

O Brasil não está preparado para livrar-se da vulnerabilidade externa. Após acumular déficit em transações correntes ao longo de cinquenta e três anos, conseguiu sete anos de superávits, devido ao crescimento a economia mundial. Em 2008⁹, voltou a ter déficit no montante de US\$ 25,8 bilhões. A perspectiva para 2009 e 2010 é de repetição de déficits, devido à redução previsível das exportações, superávits comerciais menores e manutenção dos déficits na conta serviços e renda.

Para que a economia brasileira elimine perenemente a vulnerabilidade externa é necessário superar os fatores que restringem a competitividade do país.

A competitividade requer visão e capacidades do governo de criar as condições necessárias para que os empresários possam colocar os seus produtos no estabelecimento do importador (condição DDP), em qualquer região, produtos com a melhor tecnologia, qualidade indiscutível, o melhor preço, as melhores condições de pagamento, com segurança e sem perdas, as necessárias garantias e, sobretudo, no menor tempo.

Requer, ainda, capacidade para aproveitar oportunidades estratégicas advindas da instabilidade das economias em decorrência da crise internacional em curso, ou seja, é imperioso que se use a crise como oportunidade.

Quando o Brasil alcançar esse nível de competência, não haverá mais vulnerabilidade externa.

⁹ Dados referentes ao período janeiro/novembro de 2008. BACEN.

Propostas para discussão

As seguintes medidas, entre outras, deveriam ser consideradas como propostas a serem formalizadas, para melhorar a competitividade das exportações de mercadorias e serviços.

Política de produção

- ▶ não tributar investimentos. Tendo em vista a complexidade do sistema tributário, uma alternativa seria equiparar a aquisição de bens para incorporação ao processo produtivo, aquele da exportação;
- ▶ desonerar da incidência do IPI todos os produtos vinculados à produção de bens e serviços.

Política de financiamento à exportação

- ▶ transformar o PROEX em fundo rotativo;
- ▶ desburocratizar e descentralizar o sistema de aprovação de financiamento à exportação de mercadorias e serviços.

Política tributária

- ▶ reconhecer a imunidade tributária de impostos e contribuições, exceto as previdenciárias para o INSS, na exportação de mercadorias e serviços;
- ▶ reduzir a zero a alíquota do imposto de renda em todas as remessas ao exterior de recursos para pagamento de despesas inerentes à exportação de mercadorias e serviços;
- ▶ garantir imunidade tributária de impostos e contribuições que incidam sobre os transportes de mercadorias destinadas à exportação.

Política de transportes

- ▶ conceder financiamento para a modernização da frota nacional de caminhões;
- ▶ isentar de tributos os veículos utilizados em linhas internacionais, no transporte de mercadorias e serviços;
- ▶ permitir crédito, compensável com impostos federais, no valor das parcelas correspondentes aos impostos que incidem nos pedágios, cobrados de veículos com cargas, em viagens internacionais;
- ▶ rever e simplificar as exigências para a atracação de navios em portos brasileiros;
- ▶ privatizar as administrações portuárias e liberar investimentos portuários;
- ▶ instituir o “porto sem papel”;
- ▶ unificar e racionalizar o sistema de fiscalização de embarque na exportação;
- ▶ ampliar “portos secos”.

Organização institucional e desburocratização

- ▶ editar Lei de Comércio Exterior, para reorganizar e desburocratizar o setor:
 - consolidar a legislação que trata das operações de comércio exterior e correlatas, que compreende cerca de 300 leis e 600 decretos;
 - revisar atos administrativos, cerca de 2.000, sobre operações de comércio exterior;
 - eliminar todos os controles e anuências prévias, exceto para material bélico, produtos relativos à energia nuclear, tóxicos, da flora e da fauna.
- ▶ criar o Conselho Nacional de Política de Comércio Exterior, como órgão para ampla e total coordenação normativa do comércio exterior;
- ▶ criar o Ministério do Comércio Exterior, Serviços e Transportes Aquaviários

Anexo I

Resumo do Balanço de Pagamentos

US\$ milhões

Discriminação	1995/2002	Obs.	2003/2007	Obs.	2007	jan-nov 2007	jan-nov 2008
Balança Comercial	-8.519	1	189.023	2	40.027	36.839	22.458
Serviços e renda	-194.236	3	-165.443	3	-42.343	-37.776	-52.024
Transferências unilaterais	16.983		17.996		4.029	3.569	3.765
Transações Correntes	-186.056	4	45.074	5	1.712	2.182	-25.801
Conta capital e financeira	190.266		93.030		88.924	85.134	35.874
Conta Capital	2.527		3.158		756	699	999
Conta Financeira	187.740	6	89.971	7	88.168	84.435	34.875
Investimento direto (líquido)	154.658		48.881		27.518	30.412	19.616
Investimento em carteira (líquido)	67.292		63.406		48.390	39.699	5.395
Investimento brasileiro direto	-8.793		-47.842		-7.076	-3.287	-17.309
Investimento estrangeiro direto	163.450	8	96.723	9	34.585	33.699	36.926
Investimento brasileiro em carteira	-2.860		-1.538		286	-1.236	784
Investimento estrangeiro em carteira	70.157	*	64.943	**	48.104	40.935	4.610
Derivativos	-1.848		-1.195		-710	-513	-322
Outros investimentos	-32.362		26		12.970	14.837	10.186

Fonte: BACEN Elaboração: AEB

Notas:

1. Positiva somente em 2001 e 2002
 2. Positiva em todos os anos
 3. Sempre negativa
 4. Negativa em todos os anos
 5. Positivo em todos os anos
 6. Positivo em todos os anos
 7. Neg. em 04/05; 07, positivo em 2007(88.168) o maior nos dois períodos
 8. Positivo, em todos os anos
 9. Destaque-se que as excepcionais cifras de 2007 distorcem o resultado dos cinco anos considerados pois que os US\$34.585 de IED e is US\$48.104 de investimento estrangeiro em carteira, superam, amplamente, as médias de US\$ 20,43 e US\$ 8,76 registradas em 8 anos FHC e as de US\$19,35 e US\$13,79 registradas para o período 2002-2007
 10. Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros passivos e ativos e operações de regularização
- * 37,5% ações; 62,5% renda fixa
- ** 69,93% ações; 30,07% renda fixa

Anexo II

1. Balanço de Pagamentos em Transações Correntes

US\$ bilhões

Período	Contas superavitárias		Soma dos superávits	Contas deficitárias		Soma dos déficits	Saldo Transações Correntes
	Balança comercial	Transf.Unil.Corr.		Serviços	Rendas		
2003	24,8	2,9	27,7	-4,9	-18,6	-23,5	4,2
2004	33,8	3,2	37,0	-4,7	-20,5	-25,2	11,8
2005	45,0	3,6	48,6	-8,3	-26,0	-34,3	14,3
2006	46,5	4,3	50,8	-9,6	-27,5	-37,1	13,6
2007	40,0	4,0	44,1	-13,1	-29,3	-42,3	1,7
2008(*)	22,4	3,8	26,2	-15,3	-36,7	-52,0	-25,8

(*) Janeiro/Novembro

Fonte: Balança comercial: MDIC/Secex-Sistema Alice; Demais: BACEN

Elaboração: AEB

US\$ bilhões

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007	2008(*)
Transações Correntes	4,2	11,7	14,0	13,6	1,7	-25,8
Balança comercial (FOB)	24,8	33,6	44,7	46,5	40,0	22,5
Exportação de bens	73,1	96,5	118,3	137,8	160,6	184,1
Importação de bens	-48,3	-62,8	-73,6	-91,4	-120,6	-161,7
Serviços e Rendas	-23,5	-25,2	-34,3	-37,1	-42,3	-52,0
Serviços	-4,9	-4,7	-8,3	-9,6	-13,1	-15,3
Receita	10,4	12,6	16,0	19,5	23,8	27,5
Despesa	-15,4	-17,3	-24,4	-29,1	-36,9	-42,8
Rendas	-18,6	-20,5	-26,0	-27,5	-29,3	-36,7
Receita	3,3	3,2	3,2	6,5	11,5	10,7
Despesa	-21,9	-23,7	-29,2	-33,9	-40,8	-47,4
Transferências unilaterais correntes	2,9	3,2	3,6	4,3	4,0	3,8
Receita	3,1	3,5	4,1	4,8	5,0	4,8
Despesa	-0,3	-0,3	-0,5	-0,5	-0,9	-1,1

(*) Período de janeiro a novembro

Fonte: BACEN

2. Balanço de Pagamentos em Transações Correntes: série histórica

US\$ milhões

Anos	Balança Comercial			Serviços			Rendas			Transf.Unil.Correntes			Saldo em Transações Correntes
	Exportação	Importação	Saldo	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo	
1950	1.355,5	941,9	413,6	41,0	250,0	-209,0	2,0	112,0	-110,0	2,0	4,0	-2,0	92,6
1951	1.769,0	1.724,8	44,2	60,0	439,0	-379,0	2,0	159,0	-157,0	2,0	4,0	-2,0	-493,8
1952	1.418,1	1.720,3	-302,1	65,0	365,0	-300,0	4,0	125,0	-121,0	3,0	5,0	-2,0	-725,1
1953	1.539,3	1.144,6	394,7	108,9	335,5	-226,6	4,7	171,1	-166,4	8,0	22,0	-14,0	-12,3
1954	1.561,8	1.414,7	147,1	93,5	336,5	-243,0	11,3	146,3	-135,0	13,0	18,0	-5,0	-235,9
1955	1.423,2	1.103,8	319,5	116,9	346,6	-229,7	6,0	120,3	-114,3	10,0	20,0	-10,0	-34,5
1956	1.482,0	1.074,5	407,4	149,2	427,4	-278,2	2,9	143,7	-140,8	14,0	25,0	-11,0	-22,6
1957	1.391,6	1.285,3	106,3	193,4	458,2	-264,8	7,2	135,4	-128,2	16,0	29,0	-13,0	-299,7
1958	1.243,0	1.177,2	65,8	161,8	381,1	-219,3	4,1	111,8	-107,7	16,0	20,0	-4,0	-265,2
1959	1.282,0	1.209,8	72,2	155,6	411,8	-256,2	3,2	154,0	-150,8	11,0	21,0	-10,0	-344,8
1960	1.268,8	1.292,8	-24,0	186,8	490,7	-303,9	5,3	199,4	-194,1	32,0	28,0	4,0	-518,0
1961	1.403,0	1.291,8	111,1	130,0	335,7	-205,7	5,0	188,3	-183,3	32,0	17,0	15,0	-262,9
1962	1.214,2	1.303,9	-89,7	78,7	281,9	-203,2	5,3	204,1	-198,8	57,0	18,0	39,0	-452,7
1963	1.406,5	1.294,0	112,5	90,5	272,2	-181,7	5,5	149,8	-144,3	60,0	17,0	43,0	-170,5
1964	1.429,8	1.086,4	343,4	113,1	241,9	-128,8	4,5	192,7	-188,2	60,0	5,0	55,0	81,4
1965	1.595,5	940,6	654,9	146,9	337,8	-190,9	14,2	269,3	-255,1	85,0	10,0	75,0	283,9
1966	1.741,4	1.303,4	438,1	126,3	397,6	-271,3	13,9	290,6	-276,7	93,0	14,0	79,0	-31,0
1967	1.654,1	1.441,3	212,8	156,5	434,5	-278,0	27,8	315,8	-288,0	107,0	30,0	77,0	-276,2
1968	1.881,3	1.855,1	26,2	185,4	518,8	-333,4	18,8	315,4	-296,6	75,0	53,0	22,0	-581,8
1969	2.311,2	1.993,2	317,9	255,6	632,4	-376,8	34,4	370,9	-336,5	82,0	51,0	31,0	-364,4
1970	2.738,9	2.506,9	232,0	313,1	786,3	-473,2	64,3	682,8	-618,5	87,0	66,0	21,0	-838,7
1971	2.903,9	3.247,4	-343,5	359,4	931,0	-571,6	61,4	790,0	-728,6	95,0	81,0	14,0	-1.629,7
1972	3.991,2	4.232,3	-241,1	404,4	1.147,1	-742,7	152,3	861,4	-709,1	104,0	99,0	5,0	-1.687,9
1973	6.199,2	6.192,2	7,0	593,7	1.620,6	-1.026,9	350,8	1.443,4	-1.092,6	128,3	101,2	27,1	-2.085,4
1974	7.951,0	12.641,3	-4.690,3	808,9	2.349,6	-1.540,7	749,0	2.022,6	-1.273,6	137,6	137,1	0,5	-7.504,1
1975	8.669,9	12.210,3	-3.540,4	1.032,3	2.483,6	-1.451,3	401,0	2.411,0	-2.010,0	132,2	130,0	2,2	-6.999,5
1976	10.128,3	12.383,0	-2.254,7	968,9	2.558,0	-1.589,1	318,0	2.900,7	-2.582,7	107,8	107,2	0,6	-6.425,8
1977	12.120,2	12.023,4	96,8	1.099,9	2.600,0	-1.500,1	389,6	3.812,7	-3.423,1	127,0	126,8	0,2	-4.826,2
1978	12.658,9	13.683,1	-1.024,2	1.242,7	3.012,3	-1.769,6	680,4	4.941,0	-4.260,6	251,0	180,0	71,0	-6.983,4
1979	15.244,4	18.083,9	-2.839,5	1.366,2	3.686,7	-2.320,5	1.284,8	6.844,3	-5.559,5	213,3	202,0	11,3	-10.708,2
1980	20.132,4	22.955,2	-2.822,8	1.665,0	4.704,1	-3.039,1	1.406,3	8.426,2	-7.019,9	306,5	163,9	142,6	-12.739,2
1981	23.293,0	22.090,6	1.202,5	2.160,4	4.979,1	-2.818,7	1.382,4	11.657,5	-10.275,1	335,4	149,9	185,5	-11.705,9
1982	20.175,1	19.395,0	780,1	1.739,8	5.230,4	-3.490,6	1.486,6	15.035,0	-13.548,4	183,7	197,9	-14,2	-16.273,2
1983	21.899,3	15.428,9	6.470,4	1.633,2	3.943,4	-2.310,2	718,8	11.762,7	-11.043,9	145,2	34,5	110,7	-6.773,0
1984	27.005,3	13.915,8	13.089,5	1.869,9	3.527,6	-1.657,7	1.256,9	12.755,1	-11.498,2	181,2	19,9	161,3	94,9

Anos	Balança Comercial			Serviços			Rendas			Transf.Unil.Correntes			Saldo em Transações Correntes
	Exportação	Importação	Saldo	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo	
1985	25.639,0	13.153,5	12.485,5	2.033,5	3.627,4	-1.593,9	1.665,7	12.949,1	-11.283,4	165,6	22,2	143,4	-248,3
1986	22.348,6	14.044,3	8.304,3	1.798,4	4.355,8	-2.557,4	967,9	12.117,8	-11.149,9	133,7	54,0	79,7	-5.323,3
1987	26.223,9	15.050,8	11.173,1	1.946,5	4.204,4	-2.257,9	567,8	10.986,1	-10.418,3	154,0	88,9	65,1	-1.437,9
1988	33.789,4	14.605,3	19.184,1	2.255,4	5.150,9	-2.895,5	770,4	12.970,8	-12.200,3	128,1	36,6	91,5	4.179,8
1989	34.382,6	18.263,4	16.119,2	3.124,1	5.791,0	-2.666,8	1.309,5	13.976,3	-12.666,8	264,3	18,0	246,3	1.031,9
1990	31.413,8	20.661,4	10.752,4	3.752,2	7.348,4	-3.596,2	1.157,8	12.930,7	-11.772,9	874,9	41,9	833,0	-3.783,7
1991	31.620,4	21.040,5	10.579,9	3.296,2	7.096,0	-3.799,8	904,9	10.647,9	-9.743,0	1.598,7	43,3	1.555,4	-1.407,5
1992	35.793,0	20.554,1	15.238,9	4.080,1	7.264,0	-3.183,9	1.115,3	9.267,6	-8.152,3	2.277,7	71,5	2.206,2	6.108,9
1993	38.554,8	25.256,0	13.298,8	3.954,4	9.200,0	-5.245,6	1.307,5	11.639,0	-10.331,5	1.707,6	105,2	1.602,4	-675,9
1994	43.545,2	33.078,7	10.466,5	4.391,8	10.049,1	-5.657,3	2.261,2	11.295,7	-9.034,5	2.575,6	161,5	2.414,1	-1.811,2
1995	46.506,3	49.971,9	-3.465,6	4.928,8	12.411,7	-7.482,9	3.369,2	14.426,8	-11.057,6	3.861,5	239,1	3.622,4	-18.383,7
1996	47.746,7	53.345,8	-5.599,1	5.037,9	13.719,0	-8.681,1	5.235,1	16.903,5	-11.668,4	2.702,2	255,7	2.446,5	-23.502,1
1997	52.994,3	59.747,2	-6.752,9	6.875,8	17.521,9	-10.646,1	5.158,9	20.035,1	-14.876,2	2.135,5	312,6	1.822,9	-30.452,3
1998	51.139,9	57.714,4	-6.574,5	7.897,3	18.007,8	-10.110,5	4.598,6	22.787,5	-18.188,9	1.815,2	357,2	1.458,0	-33.415,9
1999	48.011,4	49.210,3	-1.198,9	7.194,2	14.171,2	-6.977,0	3.934,7	22.783,1	-18.848,4	1.969,2	279,8	1.689,4	-25.334,9
2000	55.085,6	55.783,3	-697,7	9.498,2	16.660,3	-7.162,1	3.620,7	21.506,6	-17.885,9	1.827,7	306,6	1.521,1	-24.224,6
2001	58.222,6	55.572,2	2.650,5	9.321,9	17.081,2	-7.759,3	3.279,5	23.022,7	-19.743,2	1.933,7	296,2	1.637,5	-23.214,5
2002	60.361,8	47.240,5	13.121,3	9.551,3	14.508,5	-4.957,2	3.295,2	21.485,8	-18.190,6	2.626,9	237,0	2.389,9	-7.636,6
2003	73.084,1	48.290,2	24.793,9	10.447,0	15.378,1	-4.931,1	3.338,7	21.890,8	-18.552,1	3.132,0	265,5	2.866,6	4.177,3
2004	96.475,2	62.834,7	33.640,5	12.583,5	17.261,1	-4.677,5	3.198,9	23.719,1	-20.520,1	3.542,0	305,7	3.236,3	11.679,2
2005	118.528,2	73.600,4	44.927,8	16.047,5	24.356,1	-8.308,6	3.194,3	29.161,7	-25.967,4	4.050,8	493,0	3.557,8	14.209,6
2006	137.807,5	91.350,6	46.456,9	19.475,7	29.116,1	-9.640,4	6.461,6	33.941,6	-27.480,0	4.847,4	541,1	4.306,3	13.642,9
2007	160.647,0	120.617,0	40.030,0	23.808,5	36.861,0	-13.052,5	11.492,7	40.783,9	-29.291,2	4.971,8	942,8	4.029,0	1.715,3
2008	197.942,0	173.207,0	24.735,0	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
2008(*)	184.125,5	161.667,0	22.458,5	27.513,6	42.835,0	-15.321,4	10.701,5	47.404,3	-36.702,8	4.839,6	1.075,1	3.764,5	-25.801,2

(*) Janeiro/Novembro 2008

Fonte: BACEN Elaboração: AEB

Balança Comercial Brasileira: série histórica

Período	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ bilhões	Var. %	US\$ bilhões	Var. %	US\$ bilhões
1950	1,4	23,6	0,9	-1,6	0,4
1951	1,8	30,6	1,7	83,1	0,0
1952	1,4	-19,8	1,7	-0,3	-0,3
1953	1,5	8,5	1,1	-33,5	0,4
1954	1,6	1,5	1,4	23,7	0,1
1955	1,4	-8,9	1,1	-22,0	0,3
1956	1,5	4,1	1,0	-5,3	0,4
1957	1,4	-6,1	1,3	22,8	0,1
1958	1,2	-10,7	1,2	-8,2	0,1
1959	1,3	3,1	1,2	2,6	0,1
1960	1,3	-1,0	1,3	6,9	0,0
1961	1,4	10,6	1,3	-0,1	0,1
1962	1,2	-13,5	1,3	0,9	-0,1
1963	1,4	15,8	1,3	-0,6	0,1
1964	1,4	1,7	1,1	-16,2	0,3
1965	1,6	11,5	0,9	-13,4	0,7
1966	1,7	9,2	1,3	38,5	0,4
1967	1,7	-5,0	1,4	10,6	0,2
1968	1,9	13,7	1,9	28,7	0,0
1969	2,3	22,9	2,0	7,4	0,3
1970	2,7	18,5	2,5	25,8	0,2
1971	2,9	6,0	3,2	29,5	-0,3
1972	4,0	37,4	4,2	30,3	-0,2
1973	6,2	55,3	6,2	46,3	0,0
1974	8,0	28,3	12,6	104,2	-4,7
1975	8,7	9,0	12,2	-3,4	-3,5
1976	10,1	16,8	12,4	1,4	-2,3
1977	12,1	19,7	12,0	-2,9	0,1
1978	12,7	4,4	13,7	13,8	-0,1
1979	15,2	20,4	18,1	32,2	-2,8
1980	20,1	32,1	23,0	26,9	-2,8
1981	23,3	15,7	22,1	-3,8	1,2
1982	20,2	-13,4	19,4	-12,2	0,8
1983	21,9	8,5	15,4	-20,4	6,5
1984	27,0	23,3	13,9	-9,8	13,1
1985	25,6	-5,1	13,2	-5,5	12,5
1986	22,3	-12,8	14,0	6,8	8,3
1987	26,2	17,3	15,1	7,2	11,2
1988	33,8	28,8	14,6	-3,0	19,2
1989	34,4	1,8	18,3	25,0	16,1
1990	31,4	-8,6	20,7	13,1	10,8
1991	31,6	0,7	21,0	1,8	10,6
1992	35,8	13,2	20,6	-2,3	15,2
1993	38,6	7,7	25,3	22,9	13,3
1994	43,5	12,9	33,1	31,0	10,5
1995	46,5	6,8	49,8	50,5	-3,3
1996	47,7	2,7	53,3	7,1	-5,6
1997	53,0	11,0	59,7	12,0	-6,8
1998	51,1	-3,5	57,7	-3,4	-6,6
1999	48,0	-6,1	49,3	-14,7	-1,3
2000	55,1	14,7	55,8	13,3	-0,7
2001	58,3	5,7	55,6	-0,4	2,7
2002	60,4	3,7	47,2	-15,0	13,2
2003	73,2	21,1	48,3	2,2	24,9
2004	96,7	32,0	62,8	30,0	33,8
2005	118,6	22,6	73,6	17,2	45,0
2006	137,8	16,2	91,4	24,2	46,5
2007	160,6	16,9	120,6	32,0	40,0
2008	197,9	23,2	173,2	43,6	24,7

Fonte: SECEX/DEPLA Elaboração: AEB

Anexo IV

Balança Comercial Brasileira por Fator Agregado**Exportação**

US\$ milhões FOB

Período	Valor				Participação % sobre Total		
	Básico	Semimanufaturado	Manufaturado	Total(*)	Básico	Semimanufaturado.	Manufaturado
2004	28.518	13.431	52.948	96.678	29,5	13,9	54,8
2005	34.721	15.961	65.144	118.529	29,3	13,5	55,0
2006	40.285	19.523	75.018	137.807	29,2	14,2	54,4
2007	51.596	21.800	83.943	160.649	32,1	13,6	52,3
2008	73.028	27.073	92.682	197.942	36,9	13,7	46,8

(*) A diferença entre o Total e o somatório do Básico, Semimanufaturado e Manufaturado refere-se a Operações Especiais

Fonte e elaboração: SECEX/DEPLA.

Importação

US\$ milhões FOB

Período	Valor				Participação % sobre Total		
	Básico	Semimanufaturado	Manufaturado	Total(*)	Básico	Semimanufaturado	Manufaturado
2004	11.712	2.819	48.304	62.835	18,6	4,5	76,9
2005	12.813	3.165	57.573	73.551	17,4	4,3	78,3
2006	17.163	4.305	69.882	91.351	18,8	4,7	76,5
2007	21.782	5.662	93.177	120.621	18,1	4,7	77,2
2008	31.830	8.888	132.478	173.197	18,4	5,1	76,5

Fonte: MDIC-Balança comercial Elaboração: AEB

Anexo V

Balança Comercial Brasileira por Categoria de Uso

US\$ bilhões

Discriminação	Exportação							Importação				
	2004	2005	2006	2007	%	2008	%	2004	2005	2006	2007	2008
Bens de capital	14,5	18,0	19,5	23,19	14,4	26,7	13,5	12,1	15,4	18,9	25,1	35,9
Matérias-primas e produtos intermediários	54,6	65,1	77,1	88,32	55,0	110,4	55,8	33,5	37,8	45,3	59,4	83,3
Bens de consumo	21,5	26,0	28,1	32,96	20,5	37,5	19,0	6,9	8,5	12,0	16,0	22,5
- Não duráveis	15,5	18,8	20,5	25,02	15,6	29,2	14,8	3,7	4,6	5,9	7,8	9,8
- Duráveis	6,0	7,2	7,6	7,94	4,9	8,3	4,2	3,2	3,9	6,1	8,3	12,7
. Automóveis	3,6	4,7	4,6	4,65	2,9	5,2	2,6	0,7	1,0	1,9	3,1	5,3
Combustíveis e lubrificantes	4,4	7,0	10,5	13,17	8,2	18,5	9,3	10,3	11,9	15,2	20,1	31,5
. Petróleo	2,5	4,2	6,9	8,91	5,5	13,6	6,9	6,8	7,7	9,1	12,0	16,4
Operações especiais	1,7	2,5	2,6	3,00	1,9	4,8	2,4	-	-	-	-	-
Total	96,7	118,6	137,8	160,65	100,0	197,9	100,0	62,8	73,6	91,4	120,6	173,2

Fonte: MDIC/SECEX/Balança Comercial Elaboração: AEB

Anexo VI

Exportação por Setores: participação do Brasil no total mundial

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007			
	Mundo	Brasil	Part.%	Mundo	% Part.	Brasil	Part.%
Total	12.113.000	137.807	1,14	13.950.000	100,0	160.649	1,15
1 - Produtos agrícolas	943.676	39.528	4,19	1.127.667	8,1	48.222	4,28
- Alimentos	755.657	34.341	4,54	913.020	6,5	42.099	4,61
2 - Combustíveis e produtos da mineração	2.314.514	26.459	1,14	2.658.551	19,1	32.208	1,21
- Combustíveis	1.799.441	10.590	0,59	2.038.447	14,6	13.297	0,65
3 - Manufaturas	8.257.702	68.413	0,83	9.499.541	68,1	75.818	0,80
- Ferro e aço	374.030	9.454	2,53	474.228	3,4	10.106	2,13
- Químicos	1.247.725	9.276	0,74	1.483.155	10,6	10.678	0,72
- Farmacêuticos	311.949	668	0,21	368.537	2,6	817	0,22
- Máquinas e equipamentos de transporte	4.374.666	33.405	0,76	4.956.883	35,5	36.990	0,75
- Equipamentos de escritório e telecomunicação	1.458.222	3.979	0,27	1.514.309	10,9	2.960	0,20
- Equipamento de processamento eletrônico de dados e de escritório	518.632	501	0,10	540.470	3,9	449	0,08
- Equipamento de telecomunicações	548.129	3.318	0,61	560.370	4,0	2.434	0,43
- Circuitos integrados e componentes eletrônicos	391.461	160	0,04	413.468	3,0	78	0,02
- Produtos automotivos	1.018.619	13.038	1,28	1.182.867	8,5	13.519	1,14
- Têxteis	217.992	1.365	0,63	238.126	1,7	1.448	0,61
- Confecções	309.593	305	0,10	345.301	2,5	283	0,08
4 - Outros	597.108	3.407	0,57	664.241	4,8	4.401	0,66

Obs.: Dados de 2008 não disponíveis

Fonte: OMC Elaboração: AEB

Anexo VII

Empresas por Faixa de Valor

Faixas de valor	Exportação 2007				Importação 2007			
	Empresas		Empresas		Empresas		Empresas	
	Quant.	%	US\$ bilhões	%	Quant.	%	US\$ bilhões	%
Acima de US\$ 1 bilhão	28	0,13	60,21	37,48	11	0,04	30,69	25,45
De US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão	34	0,16	21,14	13,16	19	0,07	13,25	10,98
De US\$ 100 milhões a US\$ 500 milhões	149	0,71	30,46	18,96	125	0,43	27,19	22,54
De US\$ 60 milhões a US\$ 100 milhões	139	0,67	10,65	6,63	105	0,36	8,17	6,77
De US\$ 10 milhões a US\$ 60 milhões	1.012	4,84	24,30	15,12	1.026	3,55	23,38	19,38
De US\$ 1 milhão a US\$ 10 milhões	3.448	16,51	11,47	7,14	4.432	15,33	14,08	11,67
Abaixo de US\$ 1 milhão	16.079	76,97	2,43	1,51	23.193	80,22	3,86	3,20
Total	20.889	100,0	160,65	100,0	28.911	100,00	120,62	100,00

Fonte: SECEX/DEPLA Elaboração: AEB

Faixas de valor	Exportação 2008				Importação 2008			
	Empresas		Valor		Empresas		Valor	
	Quant.	%	US\$ bilhões	%	Quant.	%	US\$ bilhões	%
Acima de US\$ 1 bilhão	32	0,16	86,73	43,81	21	0,06	56,06	32,37
De US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão	30	0,15	20,16	10,19	34	0,10	23,54	13,59
De US\$ 100 milhões a US\$ 500 milhões	198	0,97	31,90	16,11	161	0,49	31,57	18,23
De US\$ 60 milhões a US\$ 100 milhões	136	0,67	10,44	5,28	145	0,44	11,15	6,44
De US\$ 40 milhões a US\$ 60 milhões	164	0,80	8,05	4,07	175	0,53	8,51	4,91
De US\$ 10 milhões a US\$ 40 milhões	881	4,32	17,61	8,89	1.109	3,35	21,39	12,35
De US\$ 1 milhão a US\$ 10 milhões	3.468	16,99	11,70	5,91	5.268	15,90	16,66	9,62
Abaixo de US\$ 1 milhão	15.499	75,95	2,37	1,20	26.219	79,73	4,32	2,49
Total	20.408	100,0	197,94	100,0	33.132	100,00	173,20	100,00

Fonte: SECEX/DEPLA Elaboração: AEB

Anexo VIII

Intercâmbio Comercial Brasil - Principais Regiões do Mundo

Valor

US\$ bilhões

Discriminação	Exportação					Importação				
	2004	2005	2006	2007	2008	2004	2005	2006	2007	2008
União Européia	24,68	27,04	31,04	40,43	46,39	15,99	18,24	20,20	26,73	36,19
EUA, inclusive Porto Rico	20,40	22,81	24,77	25,31	27,65	11,53	12,85	14,82	18,89	25,81
América Latina e Caribe	22,83	30,21	36,46	41,81	51,20	10,38	11,99	16,83	21,38	28,68
MERCOSUL	8,93	11,75	13,99	17,35	21,74	6,39	7,05	8,97	11,62	14,93
Argentina	7,39	9,93	11,74	14,42	17,60	5,57	6,24	8,05	10,40	13,26
México	3,96	4,07	4,46	4,26	4,28	0,70	0,84	1,31	1,98	3,13
Chile	2,56	3,62	3,91	4,26	4,79	1,40	1,75	2,87	3,46	4,16
Venezuela	1,47	2,22	3,57	4,72	5,15	0,20	0,26	0,56	0,35	0,54
Ásia	14,58	18,57	20,82	25,09	37,44	12,28	16,87	22,89	30,72	47,12
China	5,44	6,83	8,40	10,75	16,40	3,71	5,35	7,99	12,62	20,04
África	4,25	5,98	7,46	8,58	10,17	6,18	6,67	8,11	11,35	15,76
Europa Oriental	2,01	3,36	3,89	4,31	5,58	1,25	1,08	1,43	2,77	5,34
Rússia	1,66	2,92	3,44	3,74	4,65	0,81	0,72	0,94	1,71	3,33
Oriente Médio	3,69	4,29	5,75	6,40	8,06	2,32	2,51	3,17	3,21	6,23
Demais	4,24	6,38	7,62	8,73	11,45	2,90	3,39	3,91	5,59	8,08
Total	96,68	118,63	137,81	160,65	197,94	62,84	73,60	91,35	120,62	173,21

Fonte: 2004 a 2007: MDIC: Sistema Alice

2008: MDIC: Balança comercial preliminar

Participação

Discriminação	Exportação					Importação					%
	2004	2005	2006	2007	2008	2004	2005	2006	2007	2008	
União Européia	25,52	22,79	22,53	25,17	23,44	25,45	24,78	22,11	22,16	20,89	
EUA, inclusive Porto Rico	21,10	19,23	17,98	15,76	13,97	18,35	17,46	16,22	15,66	14,90	
ALADI	23,62	25,46	26,46	26,03	25,87	16,52	16,29	18,42	17,72	16,56	
MERCOSUL	9,24	9,90	10,15	10,80	10,98	10,17	9,58	9,82	9,64	8,62	
Argentina	7,64	8,37	8,52	8,97	8,89	8,86	8,48	8,82	8,63	7,66	
México	4,09	3,43	3,23	2,65	2,16	1,12	1,15	1,43	1,64	1,81	
Chile	2,64	3,05	2,84	2,65	2,42	2,23	2,37	3,14	2,87	2,40	
Venezuela	1,52	1,87	2,59	2,94	2,60	0,32	0,35	0,61	0,29	0,31	
Ásia	15,08	15,65	15,11	15,62	18,91	19,54	22,92	25,06	25,46	27,20	
China	5,63	5,76	6,10	6,69	8,29	5,90	7,27	8,75	10,46	11,57	
África	4,39	5,04	5,41	5,34	5,14	9,84	9,06	8,88	9,41	9,10	
Europa oriental	2,08	2,83	2,82	2,68	2,82	1,99	1,47	1,57	2,29	3,08	
Rússia	1,71	2,46	2,50	2,33	2,35	1,29	0,98	1,03	1,42	1,92	
Oriente médio	3,81	3,61	4,17	3,98	4,07	3,68	3,41	3,46	2,66	3,60	
Demais	4,39	5,38	5,53	5,43	5,79	4,62	4,61	4,28	4,63	4,66	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: 2004 a 2007: MDIC: Sistema Alice
 2008: MDIC: Balança comercial preliminar